

RESOLUÇÃO Nº 001/2010

As Câmaras de Pesquisa e Pós-Graduação, reunida em sessão no dia 18 de novembro de 2010, no uso de suas atribuições

RESOLVE

Estabelecer, em complementação ao disposto na Resolução 02/2006 do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (CCEPE), as seguintes **normas complementares para a apresentação de propostas de oferecimento e relatórios finais de cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização)** na UFPE:

Art. 1º - As propostas de abertura de novas edições de cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização) já oferecidos, e sem pendência em Relatório Final, submetidos a partir desta data e devidamente aprovados por estas Câmaras, poderão ter validade para até 3 (três) edições.

§ 1º. Não poderão usufruir desta modalidade os cursos com relatórios finais de edições anteriores em atraso, ou pendentes de aprovação.

§ 2º. A proposta deverá reportar à quantas edições se aplicará, bem como a previsão dos períodos de realização de cada edição.

§ 3º. Antes de cada edição, o coordenador do curso deverá comunicar às Câmaras a data de abertura da nova edição, com sua respectiva proposta orçamentária, bem como providenciar a divulgação do oferecimento da mesma. Esta comunicação deve ser feita 60 dias antes do início da nova edição.

§ 4º. Eventuais alterações nas edições subseqüentes, quanto a quaisquer situações previstas na proposta da 1ª edição, deverão ser oficializadas junto a Diretoria de Pós-Graduação da PROPESQ, sendo a respectiva documentação anexada ao processo original de abertura do curso.

Art. 2º. O relatório final referente a cada edição prevista na proposta deverá ser encaminhada às Câmaras no prazo máximo estabelecido pela Res. 02/2006 do CCEPE, a conta da data de conclusão da mesma.

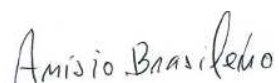
§ 1º. Os relatórios finais mencionados no caput deste artigo deverão ser anexados ao processo original de proposição do curso.

§ 2º. A não aprovação do relatório final de qualquer edição implicará a não aprovação de edições subseqüentes.

§ 3º. A não comunicação às Câmaras de alterações ocorridas em cada edição, conforme previsto no art. 1º, § 3º, implicará o indeferimento do respectivo relatório final, ficando totalmente sob responsabilidade da coordenação do curso as implicações decorrentes de tal procedimento.

§ 4º. Estas normas, revogadas as disposições em contrário, entram em vigor nesta data.

Recife, 19 de novembro de 2010.



Anísio Brasileiro de Freitas Dourado
Presidente